

COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ATA NÚMERO 127/XIII/3.ª SL

Aos 2 dias do mês de maio de 2018, pelas 18.00 horas, reuniu na sala 6 do Palácio de S. Bento a Comissão de Defesa Nacional, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124 e 125;
2. Apreciação e votação do relatório final da Petição n.º [455/XIII/3ª - Reversão do Hospital Militar Principal e Hospital Militar de Belém para a administração das Forças Armadas.](#)  
- Relator - Deputado Rui Silva (PSD);
3. Apreciação e votação do parecer sobre o relatório "[Portugal na União Europeia – 2017](#)"  
- Relator - Deputado Pedro Roque (PSD);
4. Distribuição e nomeação de autor do parecer sobre a [JOIN\(2018\)5 - COMUNICAÇÃO CONJUNTA AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre o Plano de Ação para a Mobilidade Militar](#) (cabe ao GP/PS);
5. Discussão na especialidade do [Projeto de lei n.º 175/XIII/1ª \(BE\) - Determina a reabertura da possibilidade de requerer a reintegração nas suas funções dos servidores de Estado ao abrigo do decreto-lei n.º 173/74, de 26 de abril](#);
6. Discussão do [Projeto de Resolução 531/XIII/2.ª \(BE\)](#) - Recomenda ao Governo que crie uma Lei Orgânica da Polícia Marítima, de acordo com a sua missão, competências e a sua natureza civil

A reunião foi presidida pelo Vice-Presidente da Comissão, Senhor Deputado Miranda Calha, que começou por submeter à apreciação dos presentes as atas n.ºs 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124 e 125, tendo sido aprovadas por unanimidade.

Seguidamente o Senhor Deputado Rui Silva (PSD) apresentou o Relatório Final da Petição n.º 455/XIII/3ª - Reversão do Hospital Militar Principal e Hospital Militar de Belém para a administração das Forças Armadas. Submetido a votação, foi aprovado por unanimidade.

O Senhor Deputado Pedro Roque (PSD) apresentou o parecer sobre o relatório "Portugal na

## COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

União Europeia - 2017". Intervieram os Senhores Deputados José Miguel Medeiros (PS), João Rebelo (CDS-PP) e João Soares (PS) – que saudaram o relator e salientaram a apreciação factual e objetiva do documento, tendo ainda o último alertado para a necessidade de um debate profundo sobre o tema na Comissão -, e o Senhor Deputado João Vasconcelos (BE) - que apontou algumas responsabilidades da Europa em relação à situação de insegurança que vive.

Submetido a votação, foi aprovado com os votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e as abstenções do BE e do PCP.

O Senhor Deputado José Miguel Medeiros (PS) foi designado para elaborar o parecer relativo à JOIN(2018)5 - Comunicação conjunta ao Parlamento Europeu e ao Conselho sobre o Plano de Ação para a Mobilidade Militar.

Procedeu-se então à apreciação na especialidade do Projeto de Lei n.º 175/XIII/1ª (BE) - Determina a reabertura da possibilidade de requerer a reintegração nas suas funções dos servidores de Estado ao abrigo do decreto-lei n.º 173/74, de 26 de abril.

Intervieram os Senhores Deputados Pedro Roque (PSD), José Miguel Medeiros (PS), João Vasconcelos (BE), João Rebelo (CDS-PP) e Jorge Machado (PCP), que mantiveram a fundamentação e as posições que os seus grupos parlamentares haviam adiantado na discussão na generalidade efetuada em Plenário.

Submetidos a votação na especialidade, e não tendo sido apresentadas propostas de alteração, os três artigos que compõem o projeto de lei foram aprovados com os votos a favor do PS, do BE e do PCP e contra do PSD e do CDS-PP.

O Projeto de Resolução 531/XIII/2.ª (BE) - Recomenda ao Governo que crie uma Lei Orgânica da Polícia Marítima, de acordo com a sua missão, competências e a sua natureza civil - foi apresentado pelo Senhor Deputado Jorge Machado (PCP), tendo reproduzido e aprofundado a fundamentação constante do texto da iniciativa, designadamente as relativas ao seu enquadramento legal, como a de ser uma polícia de investigação criminal sob tutela militar.

Intervieram os Senhores Deputados João Rebelo (CDS-PP) – que concordou com a necessidade de discutir um novo estatuto para a Polícia Marítima, mantendo a opinião de que o modelo atual é constitucional, pelo que discorda da visão apresentada e referiu-se a alguns dos problemas concretos, designadamente quanto a recursos humanos e à apropriação das suas funções por outros organismos -, Pedro Roque (PSD) – que, no essencial, está de acordo com o que disse o

## COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

Senhor Deputado João Rebelo e defendeu que deve ser dada uma atenção especial à questão socioprofissional, na qual o Governo estará a trabalhar -, José Miguel Medeiros (PS) – que também aceita a constitucionalidade do modelo, mas compreende que o Estatuto da Polícia Marítima se degradou, pelo que o seu papel tem de ser valorizado, dando a devida atenção às questões profissionais, questionado o Governo sobre o ponto da situação e das alterações que pretende fazer –, e o Senhor Deputado João Vasconcelos –, que defendeu a necessidade de se solucionarem os problemas profissionais, mas também de clarificação da tutela militar sobre a Polícia Marítima.

A reunião foi encerrada às 19.50 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 2 de maio de 2018

O VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(MIRANDA CALHA)

COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Costa Neves  
Diogo Leão  
Firmino Pereira  
Idália Salvador Serrão  
João Rebelo  
João Soares  
João Vasconcelos  
Jorge Gomes  
Jorge Machado  
José de Matos Correia  
José Miguel Medeiros  
Luís Pedro Pimentel  
Miranda Calha  
Pedro Roque  
Rui Silva  
Vitalino Canas  
Luís Moreira Testa

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ascenso Simões  
Bruno Vitorino  
Marco António Costa  
Miguel Coelho  
Sérgio Azevedo

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

António Carlos Monteiro  
Pedro Filipe Soares